

IBC-Br

Atividade econômica cai 0,7% em março

A atividade econômica brasileira caiu em março, primeiro mês da guerra no Irã, segundo dados do Banco Central (BC) divulgados ontem. O IBC-Br, índice que acompanha a economia mês a mês, apontou recuo de 0,7% em relação a fevereiro. A queda foi registrada em

todos os setores avaliados: arrecadação de impostos, agropecuária, indústria e serviços. Este último apresentou a maior redução, de 0,8%. O professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), William Baghdassarian, explica que a economia funciona com

base em expectativas. Com o cenário de incerteza provocado pela guerra, as empresas tendem a investir menos, o que leva a um menor movimento econômico. "O mundo inteiro acaba sendo afetado por isso. Essa forma de ser afetada tem efeitos em cadeia. **PÁGINA 3**

FRAUDE FINANCEIRA

Vorcaro é transferido para cela comum da PF

A Polícia Federal transferiu internamente o banqueiro Daniel Vorcaro para uma cela comum na carceragem da Superintendência do Distrito Federal. Com isso, ele passa a ser submetido às regras do normativo interno da PF para a visita de advogados. Essas regras permitem duas visitas por dia por um período de meia hora. Antes, ele estava alojado em uma sala de Estado-Maior que havia sido reformada para abrigar o ex-presidente Jair Bolsonaro no cumprimento de sua prisão. Vorcaro ficou no local para trabalhar na sua proposta de delação premiada com seus advogados e passava quase o dia inteiro reunido com eles. A PF já havia solicitado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça que Vorcaro fosse transferido de volta para um presídio, sob o argumento de que as condições dele na prisão na Superintendência alteravam e afetavam a rotina da administração. **PÁGINA 6**

PETROBRAS

Lula defende exploração de petróleo na Margem Equatorial

RICARDO STUCKERT/PR



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto com Magda) defendeu ontem a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial. Durante visita à Refinaria de Paulínia (Replan), no interior paulista, Lula destacou que a atividade deverá ser feita com responsabilidade para evitar problemas ambientais. "Ninguém tem mais cu governo", disse. Para Lula, a exploração também é im-

portante por uma questão de soberania nacional e para evitar que essa área seja invadida por outros países. "Daqui a pouco o Trump (presidente dos Estados Unidos) acha que é dele e vai lá. Ele (Trump) achou que o Canadá era dele, ele achou que a Groenlândia era dele. Ele achou que o Golfo do México era dele. Quem garante que ele não vá dizer que a Margem Equatorial é dele também? **PÁGINA 2**

CAMPINAS

Lula volta a falar em terras raras e soberania

PÁGINA 7

CRIME SEM CASTIGO

Justiça manda derrubar perfis com fake news sobre Fiocruz

PÁGINA 5

STF

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Câmara e Senado defendem validade da Lei da Dosimetria

A Câmara e o Senado defenderam, ontem, a validade da Lei da Dosimetria, norma que permite a redução das penas dos réus que foram condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro. As manifestações foram enviadas ao Supremo Tribunal Federal após solicitação do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes (foto), que suspendeu a aplicação da lei até decisão final sobre a constitucionalidade da lei. O Senado defendeu que o plenário derrube a decisão individual de Moraes. Segundo a advocacia da Casa, a suspensão produz efeitos "graves e potencialmente irreversíveis". "Ao sustar a aplicação da Lei nº 15.402/2026, priva-se o condenado de lei mais benéfica em vigor", afirmou o Senado. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA -0,17% / 176.975,82 / -308,01 / Volume: 24.257.339.715 / Negócios: 3.622.687				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	2,73% (abr.)	EURO turismo	Compra: 5,8953	Venda: 6,0753							
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Fechamento		Ufir-RJ	IPCA-15	CDI	DÓLAR Ptax - BC						
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	Taxa Selic	(29/04)	(29/04)	Compra: 5,0093	-1,11%					
PETR4	46,44	+2,13	+0,97	FSPE11F	0,29	+190,00	+0,19	AZTE3	0,210	-19,23	-0,050	S&P 500	7.403,05	-0,07	DÓLAR comercial	Compra: 4,9974	Venda: 4,9980		
B3SA3	16,72	+0,12	+0,02	FSRF11	0,09	+12,50	+0,01	PSVM11	4,90	-18,60	-1,12	US Tech 100	28.271,2	-0,30	OURO	BM&F/grama/RJ	R\$ 736,89	Compra: 4,9974	Venda: 4,9980
CSAN3	4,41	0,00	0,00	FSRF11F	0,09	+12,50	+0,01	AZTE3F	0,220	-18,52	-0,050	Euronext 100	1.793,58	-0,29	EURO Comercial	Compra: 5,8233	Venda: 5,8239	Compra: 5,0267	Venda: 5,2067
ITSA4	12,84	-0,93	-0,12	AZEV3	0,20	+11,11	+0,02	TRAD3	1,720	-15,69	-0,320	CAC 40	7.861,32	-1,15	Poupança	(19/05)	0,6388%		
ITUB4	39,62	-0,20	-0,08	AVLL3F	0,760	+10,14	+0,070	AAZUL3F	35,000	-15,66	-6,500	FTSE 100	10.323,75	+1,26					

MERCADOS



Bovespa melhora no fim, mas não consegue evitar leve perda

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em linha com a cautela global, a reversão do fluxo estrangeiro impôs mais um dia negativo à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), com os alocadores de recursos em Bolsa tendo voltado, nas últimas semanas, a mostrar preferência pelo setor de tecnologia, em índices como o Nasdaq e o S&P 500, de Nova York, que vêm de máximas históricas, e de emergentes com exposição ao segmento, como o de Seul. Em Nova York, tanto o índice amplo (S&P 500) como o tecnológico (Nasdaq) fizeram ontem, uma pausa, após sucessão de recordes. No fechamento desta segunda-feira, cediam 0,07% e 0,51%, pela ordem.

Por aqui, a referência da B3 conseguiu limitar perdas em direção ao fim da sessão, em baixa de 0,17%, aos 176.975,82 pontos. E distanciou-se da mínima do dia, de 175.811,33 no meio da tarde, encerrando mais perto da máxima (177.329,88), quase correspondente ao nível de abertura, de 177.280,72 pontos. O giro financeiro ficou em R\$ 24,2 bilhões ontem. No mês, o Ibovespa cai 5,52% nesta abertura de segunda quinzena, limitando o ganho do ano a 9,84%.

Dessa forma, no meio da tarde o Ibovespa (Índice Bovespa) renovou mínimas da sessão abaixo de 176 mil pontos, parecendo a caminho de romper a marca de encerramento de 20 de março, encaminhando-se então para o que seria o menor nível final desde 22 de janeiro, a 175.589,35 pontos naquele fechamento - o que foi evitado com a quase garantia dos 177 mil, do meio para o fim do dia. Na ponta perdedora do Ibovespa nesta abertura de semana, CSN Mineração (-9,32%), CSN (-4,21%) e MBRF (-3,50%). No lado oposto, Copasa (+3,48%), Hapvida (+3,05%) e PetroReconcavo (+2,71%).

O petróleo fechou em alta ontem, ainda sustentado por preocupações persistentes com a oferta global diante do impasse nas negociações entre EUA e Irã e das incertezas sobre uma reabertura rápida do Estreito de Ormuz. O mercado também reagiu a declarações do presidente americano, Donald

Trump, indicando pouca disposição para concessões a Teerã. Em Nova York, o WTI para junho fechou em alta de 3,33% (US\$ 3,36), a US\$ 104,38 o barril, e o Brent para o mesmo mês, em Londres, encerrou com ganho de 2,6% (US\$ 2,84), a US\$ 112,10 por barril.

Mas, depois do fechamento de Londres e Nova York, a decisão de Trump de não levar adiante um ataque ao Irã que o presidente dos EUA afirmou estar programado para a terça-feira resultou em alguma redução na percepção de risco global, para diferentes classes de ativos, inclusive as ações listadas na B3. Apesar da alta de Petrobras (ON +2,66%, na máxima do dia no fechamento; PN +2,13%), o sinal do Ibovespa foi definido por outros papéis de grande peso no índice, como Vale (ON -2,00%) e os do setor financeiro, com Banco do Brasil (ON -1,35%) à frente das perdas.

DÓLAR

O dólar exibiu queda firme ontem, devolvendo parcialmente os ganhos de mais de 3% da semana passada, e voltou a fechar abaixo da marca de R\$ 5,00. Apesar das incertezas em torno dos desdobramentos do conflito entre Estados Unidos e Irã, as taxas dos Treasuries exibiram fôlego curto, o que abriu espaço para a recuperação das divisas emergentes.

Após operar acima de R\$ 5,00 pela maior parte do dia, o dólar acelerou o ritmo de perdas na reta final dos negócios, com a diminuição da aversão ao risco no exterior, na esteira de declarações mais amenas do presidente dos EUA, Donald Trump, em relação ao Irã.

Com mínima de R\$ 4,996, fechou em baixa de 1,37%, a R\$ 4,9985. A moeda norte-americana avança 0,92% em relação ao real em maio, após baixa de 4,36% em abril. No ano, as perdas são de 8,94%.

As cotações do petróleo operaram em alta ao longo do dia, com o vaivém de notícias sobre a guerra no Oriente Médio. O contrato do Brent para julho fechado com avanço de 2,6%, a US\$ 112,10 o barril, mas passou a operar em ligeira queda no pregão eletrônico, abaixo do nível de US\$ 110 o barril, após aceno de Trump ao Irã.

PETRÓLEO

Lula defende exploração na Margem Equatorial

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto com Haddad e Magda) defendeu ontem a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial. Durante visita à Refinaria de Paulínia (Replan), no interior paulista, Lula destacou que a atividade deverá ser feita com responsabilidade para evitar problemas ambientais.

"Ninguém tem mais cu governo", disse.

Para Lula, a exploração também é importante por uma questão de soberania nacional e para evitar que essa área seja invadida por outros países.

"Daqui a pouco o Trump (presidente dos Estados Unidos) acha que é dele e vai lá. Ele (Trump) achou que o Canadá era dele, ele achou que a Groenlândia era dele. Ele achou que o Golfo do México era dele. Quem garante que ele não vá dizer que a Margem Equatorial é dele também? Então nós vamos ocupar e explorar petróleo com a maior responsabilidade para fazer com que esse dinheiro possa ser revertido para garantir o futuro desse país", declarou.

A Petrobras obteve, no ano passado, a licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para iniciar a operação de pesquisa exploratória na Margem Equatorial. A região, localizada no norte do país, é apontada como novo pré-sal devido ao seu potencial petrolífero.

CRÍTICAS

Em seu discurso em Paulínia (SP), Lula também criticou as privatizações da BR Distribuidora, em 2019, e da Liquigás, em



RICARDO STUCKERT /

2020. Para ele, essas vendas foram uma tentativa de acabar com a Petrobras.

"A BR foi privatizada porque os sonhos que eles tinham de privatizar a Petrobras seriam altamente recusados pelo povo, então eles resolveram vender os pedacinhos. É que nem aquele rolo de mortadela grande que se vê pendurado na padaria. Vende 100 gramas hoje, 200 gramas amanhã. Chega um dia, o rolo desaparece. O que eles queriam fazer com a Petrobras era isso", falou o presidente.

Para o presidente, a Petrobras precisa ser encarada como um patrimônio brasileiro e não deve ser privatizada. Segundo Lula, se a Petrobras já fosse uma empresa privada, os brasileiros iriam sentir ainda mais no bolso o peso da Guerra no Oriente Médio.

"A Petrobras está ganhando mais dinheiro exportando petróleo e o petróleo subiu por causa da Guerra do Irã. Então, esse dinheiro a mais que a Petrobras está ganhando, estamos cobrando do imposto da exportação

do petróleo para que a gente possa subsidiar o preço do diesel e da gasolina para não sobrar no bolso do brasileiro e no (bolso do) motorista de caminhão ou de carro. Estamos tirando dinheiro do Orçamento do governo para não permitir que esse prejuízo chegue ao povo brasileiro porque ele não tem culpa da guerra do Irã. A guerra do Irã é culpa do Trump", afirmou o presidente.

INVESTIMENTOS

Lula esteve no interior paulista para visitar a Refinaria de Paulínia (Replan), a maior do país, e acompanhou o anúncio de R\$ 37 bilhões de investimentos da Petrobras no estado de São Paulo até 2030.

Segundo a Petrobras, esses recursos serão destinados ao fortalecimento do refino e biorrefino, logística, exploração e produção, descarbonização e geração de energia sustentável e devem gerar 38 mil postos de trabalho diretos e indiretos.

Cerca de R\$ 6 bilhões desse valor serão aplicados na Replan,

que é a responsável pelo abastecimento de mais de 30% do território brasileiro e que tem capacidade atual de 434 mil barris de petróleo por dia. Com o projeto de ampliação do processamento, o volume deve subir para 459 mil barris por dia.

"E nessa Replan estamos andando, a passos largos, para até o final do ano, fazer combustível de aviação com até 5% de renováveis", disse a presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

Segundo ela, a empresa está destinando recursos para melhorar a produção do Campo de Mexilhão, na Bacia de Santos, que é um campo de gás. Magda também declarou que a Petrobras pretende anunciar, em breve, a viabilidade comercial de uma nova descoberta no bloco. Aram, no pré-sal da Bacia de Santos.

"Já é uma reserva e já já vamos declarar a sua comercialidade, interligando o primeiro poço de Aram a produzir deste pré-sal e de mais um pré-sal aqui do estado de São Paulo. Vamos ter dois poços a produzir em mais um pré-sal aqui no estado de São Paulo", disse.

A presidente da Petrobras destacou ainda a participação da empresa na segurança energética do país, principalmente neste momento de conflitos externos.

"A Petrobras é responsável pelo abastecimento de 75% do diesel do território nacional. Mas temos projetos para chegar a 85%. E, no âmbito dessa discussão sobre segurança energética, nos perguntamos por que não 100%. E nos comprometemos, junto ao presidente Lula, a sermos autossuficientes em diesel até 2030 neste país", falou a presidente da Petrobras.

PROJEÇÃO

Fazenda eleva para 4,5% estimativa de inflação com guerra e petróleo

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Ministério da Fazenda elevou de 3,7% para 4,5% a projeção de inflação para este ano, levando a estimativa oficial ao limite máximo da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A revisão consta no Boletim Macroeconômico, divulgado ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE), e reflete os impactos da guerra no Oriente Médio sobre os preços internacionais do petróleo.

A estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 2,3% neste ano e em 2,6% para 2027. O documento traz previsões para a economia que orientam a elaboração do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Previsto para ser enviado ao Congresso na próxima sexta-feira, o relatório orienta a execução do Orçamento federal, com indicações de bloqueios (cortes para cumprir os limites de gastos) e contingenciamentos (congelamento de recursos para cumprir a meta de superávit primário).

O documento traz previsões para a economia que orientam a elaboração do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Previsto para ser enviado ao Congresso na próxima sexta-feira, o relatório orienta a execução do Orçamento federal, com indicações de bloqueios (cortes para cumprir os limites de gastos) e contingenciamentos (congelamento de recursos para cumprir a meta de superávit primário).

INFLAÇÃO REVISADA

Segundo a equipe econômica,

a principal pressão veio da disparada do petróleo no mercado internacional, que ultrapassou os US\$ 110 por barril em meio às tensões no Golfo Pérsico.

"A perspectiva de maior inflação no ano reflete, principalmente, desdobramentos do conflito no Oriente Médio sobre os preços do petróleo e seus derivados", informa a Secretaria de Política Econômica no relatório.

O governo afirmou, porém, que parte desse impacto deverá ser amenizada pela valorização do real e por medidas adotadas para reduzir o repasse dos combustíveis ao consumidor.

"Parte do impacto do choque nos preços do petróleo será contrabalanceada pelos efeitos do real mais apreciado, e por medidas mitigatórias adotadas pelo Governo Federal", destacou o documento.

Com a revisão, a projeção oficial ficou exatamente no teto do sistema de metas contínuas de inflação, que estabelece centro de 3% e intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%.

Para 2027, a estimativa de inflação também foi elevada, passando de 3% para 3,5%.

PIB MANTIDO

Apesar da deterioração do cenário inflacionário, o Ministério da Fazenda manteve em 2,3% a projeção de crescimento econômico para este ano. Para 2027, a expectativa também foi preservada em 2,6%, patamar que a equipe econômica projeta para os anos seguintes.

A avaliação da equipe econômica é de que o ritmo da atividade deverá desacelerar nos próximos trimestres em razão dos efeitos da política monetária restritiva, mas com retomada gradual no fim do ano.

"No primeiro trimestre, a projeção agregada também foi preservada, embora com alterações de composição: a indústria passou a contribuir menos, os serviços ganharam participação e a agropecuária manteve sua contribuição", informa a SPE.

O governo prevê desaceleração mais forte nos segundo e terceiro trimestres, seguida de recuperação parcial da indústria no fim do ano.

MERCADO DIVERGE

As estimativas do governo seguem mais otimistas do que as do mercado financeiro. Segundo o boletim Focus, pesquisa sema-

nal com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, os analistas projetam inflação de 4,92% neste ano e crescimento econômico de 1,85%.

A Secretaria de Política Econômica afirmou que acompanha os riscos internacionais, mas destacou a resiliência do mercado de trabalho brasileiro como fator de sustentação da atividade.

ARRECADAÇÃO

A alta do petróleo também deverá reforçar as receitas do governo federal. De acordo com cálculos da Secretaria de Política Econômica, o choque nos preços da commodity pode elevar a arrecadação em cerca de R\$ 8,5 bilhões por mês.

O cálculo considera receitas provenientes de royalties, dividendos, Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Exportação ligados ao setor petrolífero.

"O ganho arrecadatório viabiliza uma resposta fiscal firme e responsável, aliada da política monetária e do compromisso com a consolidação em curso", destaca a SPE.

TRILLIA

Financiamento de carros e motos cresce 11,8% em abril

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O financiamento de veículos no Brasil registrou alta de 11,8% em abril, na comparação com o mesmo mês de 2025, ao somar 634.587 mil unidades entre novos e usados, incluindo automóveis leves, motocicletas e pesados, que foram compradas com crédito.

Segundo o levantamento da Trillia, entre os automóveis leves, o crescimento foi 13,3% na comparação anual. O destaque ficou com os modelos

zero quilômetro, que tiveram alta de 21,9% nos financiamentos. Já os usados também cresceram e atingiram 10,9%.

De acordo com o levantamento, o financiamento de motocicletas teve alta 9,8% em abril, com os modelos novos puxando o resultado, com aumento de 12% nas vendas financiadas. As motos usadas avançaram 9,1%. No segmento de veículos pesados, o crescimento foi 3,9%. O desempenho foi sustentado pelos modelos novos, que avançaram 10,9%. Já os usados recuaram 4,6%.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

IRÃ-EUA

Atividade econômica cai 0,7% em março em razão da guerra

GABRIEL BRUM/ABRASIL

A atividade econômica brasileira caiu em março, primeiro mês da guerra no Irã, segundo dados do Banco Central (BC) divulgados ontem.

O IBC-Br, índice que acompanha a economia mês a mês, apontou recuo de 0,7% em relação a fevereiro.

A queda foi registrada em todos os setores avaliados: arrecadação de impostos, agropecuária,

indústria e serviços. Este último apresentou a maior redução, de 0,8%.

O professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), William Baghdassarian, explica que a economia funciona com base em expectativas. Com o cenário de incerteza provocado pela guerra, as empresas tendem a investir menos, o que leva a um menor movimento econômico.

"O mundo inteiro acaba sendo afetado por isso. Essa forma

de ser afetada tem efeitos em cadeia. Então, se você acredita que o combustível vai subir, você também acredita que a China vai ser afetada com isso. Se a China é afetada, a produção da China cai, ela importa menos. Logo se ela importa menos, o Brasil exporta menos. Então, você tem todo um efeito em cadeia, não por causa da guerra em si, mas pela expectativa. O medo de algo ruim acontecer é tão ruim quanto o algo ruim acontecer de fato".

William Baghdassarian acredita na resolução da guerra, mas alerta que as eleições podem ser outro fator de incerteza na economia.

"Podemos ter, por exemplo, a resolução da guerra, mas com o aumento da incerteza política, o efeito prático será zero. Em política pública, para você conseguir isolar um efeito é muito difícil".

Apesar dos números negativos em março, nos últimos 12 meses, o IBC-BR avançou 1,8%, segundo o Banco Central.

PARIS

Durigan defende taxaço de ultrarricos em agenda do G7

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, defendeu ontem em Paris o avanço da discussão internacional sobre a taxaço de grandes fortunas e afirmou que apoiaria a inclusão do tema nas discussões do G7, grupo que reúne as sete democracias mais ricas do planeta.

Em viagem à França para reuniões preparatórias da cúpula das maiores economias desenvolvidas, Durigan participou de um evento promovido pela revista Le Grand Continent ao lado do economista francês Gabriel Zucman, um dos principais defensores da criação de um imposto mínimo global sobre bilionários.

"Eu sou muito disposto a levar esse debate porque é um debate do nosso tempo. Agora, se tiver espaço para discutir justiça tributária, eu sou o primeiro a topar", afirmou o ministro.

O encontro reuniu acadêmicos, políticos e representantes do setor econômico francês para discutir tributação internacional e desigualdade. Zucman é autor de uma proposta que prevê um imposto mínimo global de 2% sobre patrimônios superiores a US\$ 100 milhões.

O economista colaborou com o governo brasileiro durante a presidência do G20, formado pelas 19 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana, em 2024.

REFORMA BRASILEIRA

Durigan destacou a experiência recente do Brasil com a aprovação, em 2025, da reforma do Imposto de Renda que criou uma alíquota mínima progressiva sobre super-ricos. Segundo a Fazenda, cerca de 142 mil pes-

soas devem ser alcançadas pela medida.

Apesar do apoio do Brasil, o tema enfrenta resistência internacional, especialmente dos Estados Unidos. Ainda assim, a discussão ganhou espaço no G20 durante a cúpula realizada no Rio de Janeiro.

Na França, um projeto semelhante acabou rejeitado pelo Senado francês. A proposta previa taxaço anual de 2% sobre patrimônios superiores a 100 milhões de euros.

INVESTIMENTOS

Durante a passagem por Paris, Durigan também buscou reforçar a imagem do Brasil como destino de investimentos estrangeiros. Segundo ele, o país vive um momento favorável em meio às tensões internacionais.

"Os ativos brasileiros ainda me parecem interessantes, co-

mo estão ainda baratos, me parece, uma chamada para investimento no Brasil", afirmou.

O ministro também destacou o potencial brasileiro na produção de minerais críticos, como terras raras, nióbio e grafeno, considerados estratégicos para a indústria tecnológica e a transição energética.

"É fundamental dar segurança jurídica, por isso um novo marco que garanta procedimentos céleres e seguros", afirmou. "A diretriz é reforçar esse papel e avançar para um estímulo à industrialização desses minerais no Brasil."

Antes de retornar ao Brasil, Durigan terá uma reunião com Fatih Birol, diretor-executivo da Agência Internacional de Energia (AIE), em Paris.

GUERRA NO RADAR

Embora a taxaço dos ultrar-

ricos tenha dominado parte dos debates paralelos ao G7, a principal preocupação dos ministros das Finanças continua sendo o impacto econômico da guerra no Oriente Médio, especialmente os riscos para o fluxo de petróleo no Estreito de Ormuz.

"Tem sido muito importante ouvir os ministros e as lideranças de outros países, que estão sentindo o impacto da guerra de uma outra perspectiva", disse Durigan.

O ministro voltou a defender "subsídios limitados" aos combustíveis como forma de reduzir as consequências da crise energética sobre os preços domésticos.

A agenda oficial do G7 também inclui discussões sobre inflação global, segurança energética e estabilidade geopolítica. O ministro fica em Paris até terça-feira.



ANTÔNIO CRUZ/ABRASIL

MOTORISTAS DE APP

Anfavea pede que programa limite uso de recursos a importados

FLÁVIA SAID/AE

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) defendeu ao governo federal que veículos importados não sejam elegíveis no novo programa de financiamento destinado a taxistas e motoristas de aplicativos, que será lançado hoje, em evento em São Paulo. O Grupo Estado apurou que o programa, que prevê a disponibilização de R\$ 30 bilhões, vai oferecer taxas de juros inferiores à Selic, carência de até seis meses e prazos de financiamento de até 72 meses.

Em ofício ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a associação dos fabricantes nacionais expressou preocupação com a possibilidade de que veículos importados também tenham acesso irrestrito às condições favorecidas do novo programa, "sobretudo considerando a relevância que esses veículos já possuem no mercado brasileiro".

Segundo a Anfavea, atualmente, os importados representam aproximadamente 19% dos emplacamentos totais do País e cerca de 25% das vendas no varejo, demonstrando crescimento constante da participação no mercado nacional.

"Dessa forma, entendemos que a utilização de recursos incentivados em benefício de veículos importados pode representar um precedente sensível sob a ótica do fortalecimento da indústria nacional", disse a entidade.

A Anfavea frisou que, historicamente, as linhas de crédito incentivadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram estruturadas com foco no fortalecimento da produção nacional, da cadeia de forne-

cedores instalada no País e da preservação dos empregos associados à indústria brasileira. E lembrou que esse direcionamento esteve presente em programas recentes destinados aos segmentos de caminhões, ônibus e máquinas.

"Recursos do BNDES devem priorizar empresas que gerem valor agregado, emprego, inovação e capacidade produtiva no território nacional, em consonância com os objetivos constitucionais da política de desenvolvimento industrial brasileira", defendeu. "Sem contrapartidas locais claras, há risco de desvirtuamento do acesso ao crédito, com estímulo à importação, redução do efeito multiplicador doméstico, perda de arrecadação futura e enfraquecimento do adensamento produtivo nacional", completou.

Em um meio-termo, a entidade sugeriu que, caso o entendimento do governo seja pela manutenção da elegibilidade de veículos importados no programa, sejam definidos limites específicos para a utilização dos recursos financeiros destinados a esses veículos.

Por fim, a associação reforçou a importância de que o BNDES e os agentes financeiros estejam "operacionalmente preparados para a implementação célere do programa, de forma a evitar descontinuidade ou paralisação das vendas no mercado durante a fase inicial de implementação".

De modo geral, a Anfavea entende que a medida tem potencial de impulsionar a atividade econômica e ampliar o acesso à frota. E disse ao governo que suas associadas recebem a iniciativa de forma positiva e "certamente avaliarão condições comerciais competitivas e atrativas ao consumidor final".

RESERVA

Bruno Dantas: TCU não enxerga razão suficiente para suspender leilão

GABRIELA DA CUNHA/AE

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, reiterou ontem, que o Corte se prepara para examinar, "muito em breve", as regras do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP), realizado em março de 2026 pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Ao falar com jornalistas durante um evento no Rio de Janeiro, Dantas afirmou que os auditores do TCU não enxergaram elementos suficientes para suspender o leilão.

"Os auditores do TCU não enxergaram razão suficiente para suspender o leilão. Agora nós vamos analisar o mérito e avaliar se houve alguma irregularidade. Não sei se houve, mas, se tiver ocorrido, vamos saber se ela foi suficientemente grave a ponto de justificar a anulação do leilão", disse a jornalista durante cerimônia de posse de novos diretores do Operador Nacional do Siste-

ma Elétrico (ONS).

O leilão para contratar energia de usinas termelétricas tem sido contestado por diferentes agentes. Há poucos dias, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal de São Paulo para tentar suspender os efeitos do certame.

No mês passado, o TCU aceitou uma representação do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) sobre possíveis "irregularidades" no leilão. O processo tem relatório do ministro Jorge Oliveira. A representação em questão trata de indícios de irregularidades na definição de preços-teto.

"Nós vamos avaliar as regras do leilão muito em breve. Confiamos muito na avaliação da nossa unidade técnica. O TCU desenvolveu talentos e temos tranquilidade sobre uma visão bem fundamentada e imparcial", disse Dantas.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Lula, sobre isenção do IR até R\$ 5 mil: 'É bom, mas é pouco'

GEOVANI BUCCI, TALITA NASCIMENTO E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou que o então ministro da Fazenda Fernando Haddad, hoje pré-candidato ao governo de São Paulo, começou a fazer justiça tributária, com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil: "É bom, mas é pouco. Era importante que fosse mais, pois as pessoas mais ricas pagam menos imposto", disse.

Ele mencionou que os gastos com saúde de pessoas mais ricas geram dedução do Imposto de Renda: "O pobre termina pagando o plano de saúde do rico. Como se concerta isso? Fazendo justiça tributária."

Inauguração de 4 novas linhas de luz síncrotron do acelerador de partículas Sirius

O presidente participou hoje pré-candidato ao governo de São Paulo, começou a fazer justiça tributária, com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil: "É bom, mas é pouco. Era importante que fosse mais, pois as pessoas mais ricas pagam menos imposto", disse.

As novas linhas têm o intuito de ampliar a capacidade brasileira de pesquisa em áreas estra-

tégicas como saúde, energia, agricultura, clima, nanotecnologia e novos materiais. Ele afirmou que investimentos como esse não são caros, visto o retorno que podem trazer. "Temos que começar a nos perguntar quanto custa não investir", disse.

As quatro novas linhas somam R\$ 230 milhões em investimentos. Três delas, de nome Sapucaia, Quati e Sapê receberam R\$ 200 milhões e fazem parte da fase 1 do projeto. A quarta linha, chama-



Costa Mar S.A.
CNPJ nº 50.955.436/0001-02 - NIRE nº 333.0034934-1
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os senhores acionistas da **Costa Mar S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, convocados para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia 25/05/2026, às 15h, na sede social da Cia., situada na Av. das Américas, 7899, Bloco 2, Sala 307, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.793-081, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Deliberar acerca da reorganização societária e financeira da Companhia; II – Deliberar sobre passivos financeiros e obrigações assumidas pela Companhia perante terceiros; III – Deliberar acerca da alienação de participação societária detida pela Companhia em sociedade controlada; IV – Deliberar acerca da celebração de instrumentos particulares relacionados à reorganização societária e financeira da Companhia; V – Autorizar a Diretoria da Companhia à prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas na presente Assembleia. Rio de Janeiro/RJ, 27/05/2026.
Alexis Lemos Costa, Diretor Presidente, **Costa Mar S.A.** (16, 19 e 20/05/2026)



Trem prevê investimento de R\$ 10,5 bilhões

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O governo paulista deu mais um passo para tirar do papel a retomada do transporte de passageiros por trilhos entre São Paulo e Sorocaba, desativado há quase três décadas. A Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado (SPI) apresentou no dia 4 de maio uma proposta de modelo do Trem Intercidades (TIC) Eixo Oeste, que vai ligar a capital paulista ao município do interior

Nesse projeto, o governo pretende adotar uma nova modalidade de licitação - o diálogo competitivo com o mercado - em que os investidores são ouvidos antes do lançamento do edital definitivo. O novo modelo ainda é inédito no Brasil. A modalidade foi submetida à consulta pública, mas ainda precisa passar pelos conselhos dos programas de parcerias e desestatização do governo. O edital deve ser lançado até o final deste ano. O leilão e a assinatura de contrato estão previstos para 2027.

A última composição de passageiros entre São Paulo e Sorocaba circulou há 27 anos, quando os trens de longo percurso

pararam de operar pela linha da antiga Estrada de Ferro Sorocabana (EFS). Em razão das muitas paradas, a viagem levava 3 horas. Desde então, esse transporte é feito quase que exclusivamente por rodovias. A viagem de ônibus dura em média 2 horas. O futuro trem expresso fará o percurso em no máximo 1 hora.

O projeto do TIC Sorocaba prevê 88,7 quilômetros de extensão e cinco estações, com integração ao sistema de transporte metropolitano em pontos estratégicos como Água Branca, Carapicuíba e Amador Bueno. O trem expresso fará o percurso direto entre as estações de Sorocaba e São Paulo. Já o trem parador fará pausas em São Roque, Amador Bueno e Carapicuíba.

A estimativa é de atender cerca de 50,2 mil passageiros por dia útil até 2050. Em Sorocaba, haverá ainda uma nova conexão com o futuro Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Este projeto é do governo estadual e deve ter 25 quilômetros conectando as zonas leste e oeste, com 13 estações planejadas. O leilão deve ocorrer em 2028.

O TIC Eixo Oeste prevê investimento de R\$ 10,5 bilhões. O

projeto será estruturado como uma Parceria Público-Privada (PPP), com recursos dos setores privado e público e prazo de 30 anos. Está prevista a compra de 15 novos trens e a implementação completa da infraestrutura ferroviária.

R\$ 45, NO MÁXIMO

Estão previstas viagens a cada 15 minutos no serviço parador em dias úteis, além de uma viagem a cada hora no serviço expresso. A tarifa é quilométrica, proporcional ao trecho viajado, sendo o teto de R\$ 45 para o passageiro que fizer a viagem completa, entre Sorocaba e São Paulo. É um valor competitivo com o que é cobrado no ônibus. "Quem faz um trecho intermediário paga pelo trecho", diz Augusto Almuadin, diretor da Companhia Paulista de Parcerias da SPI.

Segundo ele, a nova ferrovia acompanhará o traçado da antiga linha férrea. "Sempre que possível vamos aproveitar a faixa de domínio existente que, na sua maioria, está livre e desimpedida. Precisa refazer os trilhos, dormentes, rede aérea, construir uma nova linha férrea onde hoje tem um leito ferroviário desativado. Não dá para utilizar 100% da antiga Estrada de Ferro Soro-

caba porque ela é muito sinuosa. Para cumprir o tempo de viagem de uma hora, será preciso retificar alguns trechos do traçado anterior", explica.

De acordo com Almuadin, o TIC facilitará a ligação entre a região metropolitana de Sorocaba e a de São Paulo. "O projeto pretende resolver um gargalo de trânsito que a população de Sorocaba enfrenta todos os dias, sobretudo quem trabalha ou estuda em São Paulo ou vice-versa. As rodovias Castello Branco e Raposo Tavares são estruturalmente complicadas. Então, o TIC é inadiável."

ESTUDO AMBIENTAL

O especialista em planejamento urbano Ivan Maglio, pesquisador colaborador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) avalia como uma boa notícia a retomada do transporte de passageiros de longa distância no Estado para reduzir a dependência do modal rodoviário.

Ele aprova as condições gerais já conhecidas do projeto, como velocidade e tarifa do TIC-Eixo Oeste, mas considera importante realizar uma avaliação estratégica para orientar o planejamento urbano e ambiental

dessa região. "Vai estimular a urbanização, principalmente no entorno das estações que se potencializam como centralidades. Assim, são recomendadas medidas para controlar os impactos e preservar o meio ambiente e em especial a vegetação e os recursos hídricos para garantir resiliência às mudanças climáticas", diz. A SPI informa que todos os impactos serão considerados durante os estudos para licenciamento da obra.

Esse novo modelo de licitação que deve ser adotado neste projeto permite que empresas previamente selecionadas participem de uma fase de discussões com o governo, contribuindo para as soluções técnicas antes da apresentação das propostas finais. O modelo substitui a modalidade de concorrência internacional usada até agora para obras de grande porte.

O processo é realizado em etapas. Primeiro, é feita uma pré-seleção de empresas ou consórcios com capacidade técnica e financeira para desenvolver o projeto. Depois, esses participantes entram na fase de diálogo com o Estado, em que são discutidas e apresentadas alternativas de engenharia, operação, modelagem contratual e es-

trutura financeira.

Esta fase começa no segundo semestre deste ano e vai até o primeiro semestre de 2027. Com base nessas contribuições, o projeto é consolidado. Só então é aberta a fase competitiva, na qual os participantes mostram as propostas finais. Segundo o governo, esse formato reduz incertezas, melhora a qualidade do projeto e amplia a competitividade da licitação, ao permitir maior alinhamento entre poder público e mercado antes da disputa final. No caso do TIC-Oeste, já houve uma fase de sondagem de mercado, que reuniu grandes operadores, construtoras e instituições financeiras nacionais e internacionais. As contribuições recebidas levaram a ajustes importantes, como a otimização do traçado para reduzir o tempo de viagem, a revisão de custos e melhorias na modelagem contratual.

Ao mesmo tempo, foram realizadas audiências públicas em São Paulo, São Roque e Sorocaba para receber sugestões da população, além de consultas públicas e de mercado que somaram em torno de 500 contribuições. Segundo Almuadin, as sugestões ajudaram a modelar o projeto e garantir maior aderência às necessidades reais dos usuários.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI" e "Titulares dos CRI") da 43ª (quadragésima terceira) emissão de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissão"), nos termos da Cláusula Décima Terceira do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização" conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AET"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 08 de junho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AET será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AET será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a inclusão de nova disposição no âmbito da Cláusula 7 do Termo de Securitização, para estabelecer as hipóteses nas quais a Devedora poderá realizar ofertas de aquisição facultativa (tender offer) direcionadas aos CRI, em termos substancialmente iguais aos indicados a seguir: "7.7. Oferta de Aquisição Facultativa dos CRI. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante solicitação prévia e por escrito da Devedora e com recursos por esta integralmente disponibilizados, realizar oferta de aquisição facultativa dirigida à totalidade dos Titulares dos CRI ("Oferta de Aquisição Facultativa"), com o objetivo de adquirir, total ou parcialmente, os CRI em Circulação"; 7.7.1. A Oferta de Aquisição Facultativa será realizada em conformidade com a regulamentação aplicável, em especial a Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, e deverá observar, no mínimo, os seguintes termos e condições: (i) será dirigida, de forma equitativa, a todos os Titulares dos CRI, sem distinção de tratamento; (ii) deverá conter todas as informações necessárias à tomada de decisão pelos investidores, incluindo, mas não se limitando a: (a) quantidade de CRI objeto da Oferta de Aquisição Facultativa e, caso seja estabelecido volume máximo para a Oferta de Aquisição Facultativa, o tratamento aplicável na hipótese de as manifestações recebidas superarem referido volume, observado, conforme aplicável e no que couber, critério de alocação proporcional entre os Titulares dos CRI aderentes; (b) preço de aquisição; (c) prazo de adesão; (d) forma de liquidação; e (e) eventuais condições precedentes; (iii) o prazo de adesão não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias, contados da data de divulgação da Oferta de Aquisição Facultativa; (iv) a liquidação financeira da Oferta de Aquisição Facultativa ocorrerá em uma única data, a ser indicada no respectivo comunicado de Oferta de Aquisição Facultativa, observado o intervalo mínimo de 16 (dezesseis) dias e máximo de 31 (trinta e um) dias contados da divulgação do referido comunicado, conforme aplicável, bem como, no que couber, os procedimentos operacionais da B3 e do escriturador, sendo certo que o pagamento será efetuado em moeda corrente nacional; (v) a adesão à Oferta de Aquisição Facultativa será facultativa, irrevogável e irrevogável após sua formalização, ressalvadas as hipóteses previstas na regulamentação aplicável; e (vi) a Emissora poderá estabelecer condições de Ofertas de Aquisição Facultativa, incluindo, mas não se limitando, à adesão mínima por parte dos Titulares dos CRI ("Condição de Aceitação Mínima"); 7.7.2. O preço de aquisição dos CRI no âmbito da Oferta de Aquisição Facultativa corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, podendo ainda ser acrescido de prêmio, desconto ou quaisquer outros ajustes previstos no edital da Oferta de Aquisição Facultativa. 7.7.3. Os CRI adquiridos no âmbito da Oferta de Aquisição Facultativa poderão, a critério da Emissora, ser cancelados, mantidos em tesouraria ou objeto de nova colocação, conforme permitido pela regulamentação aplicável. 7.7.4. A realização da Oferta de Aquisição Facultativa não caracteriza hipótese de resgate antecipado obrigatório, tampouco configura Evento de Vencimento Antecipado, salvo disposição expressa em contrário prevista neste Termo de Securitização ou aprovada em Assembleia Especial de Titulares dos CRI. 7.7.5. A Emissora, com auxílio da Devedora, deverá divulgar fato relevante e/ou comunicado ao mercado acerca da realização da Oferta de Aquisição Facultativa, bem como seus termos e condições, com cópia ao Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação da CVM e do mercado em que os CRI estejam aditados a negociação." (ii) Condicionado à aprovação do item (i) da Ordem do Dia, e em vigência a partir do primeiro dia útil subsequente à liquidação financeira da primeira Oferta de Aquisição Facultativa ("Condição Suspensiva de Aprovação"), aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2 do Termo de Securitização, para prever que os recebíveis ofertados em Substituição da Garantia Real Imobiliária poderão ser performados ou não performados, conforme definições constantes da Cláusula 1.1 do Termo de Securitização; (iii) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2, item (ii), do Termo de Securitização, para dispensar a exigência de que os recebíveis ofertados em substituição à Alienação Fiduciária de Imóvel possam passar superior à Data de Vencimento dos CRI; (iv) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2, item (ii), do Termo de Securitização, para estabelecer que a verificação de inadimplência dos recebíveis deve considerar exclusivamente inadimplimentos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias, devendo de contemplar hipóteses de mera inadimplência; (v) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.1, item (b), do Termo de Securitização, para prever que os recebíveis ofertados em Substituição da Garantia Real Imobiliária passem a compor a Razão Mínima de Garantia da Emissão, observado o percentual mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), deixando de ser exigido que tais recebíveis, isoladamente, representem referido percentual em relação ao saldo do devedor da Emissão; (vi) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 7.1 do Termo de Securitização para incluir a possibilidade de realização de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI, a qualquer tempo, durante a vigência da Emissão, independentemente da ocorrência dos eventos atenuados previstos na referida cláusula, mediante o pagamento de prêmio de pré-pagamento de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o saldo devedor dos CRI pelo prazo remanescente entre a data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI e a Data de Vencimento; (vii) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a inclusão de nova disposição no âmbito da Cláusula 7 do Termo de Securitização, para estabelecer que, na hipótese de realização de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial, a Devedora deverá notificar previamente a Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da respectiva data de amortização, permanecendo aplicável, no que couber, os procedimentos de comunicação e operacionalização já previstos no Termo de Securitização; (viii) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 6.3, item (a), do Contrato de Cessão Fiduciária, para que passe a constar no rol de obrigações da Devedora e das Fiduciárias (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) que estas não devem "vender, ceder, transferir ou, de qualquer maneira, gravar, onerar ou alienar os Recebíveis" e também as frações ideais de imóveis atreladas a tais Recebíveis, enquanto estiverem sujeitos com Contrato de Cessão Fiduciária; bem como aprovar a exclusão do item (b) desta mesma Cláusula 6.3, para permitir à Devedora e às Fiduciárias a constituição de ônus e/ou a alienação das frações ideais livres dos imóveis onde estão sendo desenvolvidos os empreendimentos imobiliários listados no Anexo I do referido instrumento, observado exclusivamente que tais frações ideais não tenham tido créditos decorrentes de suas alienações a terceiros vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária; (ix) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditementos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima; e (x) A autorização para a contratação do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI e ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob nº 03.834.440/0001-32, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para a elaboração e celebração de quaisquer instrumentos relacionados às matérias aqui aprovadas, inclusive atos e Documentos da Operação, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRI e refletir as alterações necessárias. Caso plenamente aprovadas as matérias constantes nos itens (i) a (x) acima da Ordem do Dia acima, incluindo, especialmente, a matéria constante no item (viii), a Emissora divulgará, no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente após a realização da presente assembleia, um comunicado ao mercado de oferta de aquisição facultativa (tender offer), pelo seu valor nominal unitário dos CRI, estando tal oferta limitada ao montante de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), a ser realizada em consonância com os termos e condições previstos na Resolução CVM 60 ("Oferta de Aquisição Facultativa" e "Volume Máximo da Oferta de Aquisição Facultativa"). Observados os procedimentos operacionais aplicáveis, a Devedora propõe, ainda, o pagamento de prêmio no valor correspondente a 1% (um por cento) do saldo devedor do valor nominal unitário dos CRI, apurado na data de liquidação da Oferta de Aquisição Facultativa, aos Titulares dos CRI que permanecerem titulares de CRI após a liquidação da Oferta de Aquisição Facultativa, a ser realizado no 30º (trigésimo) dia subsequente à data da realização da Aquisição Facultativa. Ainda, fica consignado que a Devedora só poderá desalienar qualquer imóvel objeto da Alienação Fiduciária de Imóvel e tomar as demais providências necessárias à Substituição da Garantia Real Imobiliária após o integral pagamento aos Titulares dos CRI dos valores devidos em razão da sua adesão à Oferta de Aquisição Facultativa. Caso a Devedora não realize a Oferta de Aquisição Facultativa no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da realização da AET, as ordens do dia deliberadas e aprovadas na AET serão consideradas como não aprovadas, retornando a Devedora e os CRI ao status quo ante. A Securitizadora consigna que as condições necessárias para possibilitar a adesão pelos Titulares dos CRI à Oferta de Aquisição Facultativa, incluindo, sem limitação, preço, volume máximo, prazo de adesão, forma de liquidação, data de liquidação, destinação dos CRI adquiridos, eventuais condições precedentes e critério de alocação em caso de excesso de demanda, deverão constar do comunicado ao mercado de Oferta de Aquisição Facultativa, a ser divulgado pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, dirigida à totalidade dos Titulares dos CRI, observados os requisitos da regulamentação aplicável, em especial, no que couber, a Resolução CVM 77. Instruções Gerais: A AET será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AET para o e-mail assemblies@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecritizadora.com.br, indicando no assunto: "Documentos para AET - CRI EMBAEAD 43", observado o disposto na CVM 60 e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AET. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 16 de maio de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CONGONHAS

Associações de moradores criticam pedido para operar após as 23h

EDERSON HISING/AE

Um grupo formado por 20 associações de moradores de bairros da região do Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, criticou o pedido feito por companhias aéreas à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para autorizar, em situações excepcionais, a operação de pousos e decolagens após as 23h no terminal. Atualmente, o aeroporto funciona das 6h às 23h. A sugestão é de que a operação extra não exceda 1 hora adicional

"Esse limite não é casual", afirma o grupo de associações, em nota conjunta. "Ele resulta de histórico antigo de reivindicações da população do entorno, de preocupação ambiental e de reconhecido institucional de que o período noturno deve ser preservado para descanso da população. O funcionamento após as 23h já pode ocorrer em hipóteses absolutamente excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas. Não há necessidade de

criação de nova flexibilização normativa", diz.

Na avaliação das associações de moradores, há o risco de que situações operacionais das companhias sejam convertidas em justificativa permanente para ampliação do horário de funcionamento do terminal. As entidades citam decisões judiciais que determinam o fechamento do aeroporto durante a madrugada. "O direito ao descanso, ao sono e à qualidade de vida da população paulistana deve prevalecer sobre conveniências operacionais do setor aéreo", diz a nota.

Para os moradores, a população do entorno de Congonhas já convive diariamente com elevados níveis de ruído aeronáutico, intenso fluxo operacional e impactos urbanos permanentes. "Ampliar ou flexibilizar operações noturnas representa agravamento direto da qualidade de vida de milhares de moradores", alega.

MEIA-NOITE

O pedido para ampliação de

horário em situações excepcionais foi encaminhado à Anac no início de maio pela Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), que representa as principais empresas do setor. A alegação é a de que, quando há problemas causados pelo mau tempo, panes ou outros incidentes, todo o sistema aéreo é afetado por atrasos e cancelamentos de voos. A hora adicional, nesses casos, poderia amenizar os impactos.

Após receber o ofício, a Anac informou que "o tema foi encaminhado para a diretoria colegiada e está sendo analisado." A Abear representa empresas como Latam, Gol e Azul. Segundo as companhias, a medida não representaria uma ampliação permanente na capacidade operacional do aeroporto, mas uma forma de concluir as operações já realizadas, em situações de excepcionalidade, e evitar efeitos em cadeia na malha aérea nacional.

A proposta das empresas inclui critérios para a aplicação do horário flexível, entre eles o de que o evento cause impacto sobre um número superior a 600 passageiros. Segundo a Aena, que administra o aeroporto, Congonhas registra fluxo diário de 75 mil passageiros. A concessionária explicou que as prorrogações de horário ocorrem exclusivamente

em situações excepcionais, como em eventos meteorológicos adversos.

No dia 9 de abril, como noticiou o Estadão, o aeroporto de Congonhas foi autorizado a operar uma hora a mais - até a meia-noite -, por conta de uma pane que provocou a suspensão de voos pela manhã. A decisão foi tomada após um pedido das companhias para reduzir os impactos na malha aérea. A pane teria sido provocada por um incêndio no prédio onde fica o sistema de controle operacional.

O aeroporto de Congonhas tem restrição para operações noturnas desde a década de 1970, devido ao impacto sonoro na região do entorno. As regras atuais, que prevêm o fim das operações de pouso e decolagem às 23 horas, foram definidas pela Anac em 2008 para mitigar a poluição sonora, já que o aeroporto está localizado em área densamente povoada.

A prefeitura de São Paulo informou, através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), que não foi oficialmente comunicada sobre a proposta. Caso haja formalização, o pedido será analisado pelos órgãos técnicos, com base na legislação e na avaliação do interesse público, diz a gestão municipal.

TCM

Professores de creches conveniadas recebem até 38% menos

RAYANDERSON GUERRA/AE

Os professores da rede de creches e escolas infantis conveniadas de São Paulo recebem salário entre 25% e 38% menor em relação ao pagamento dos professores da rede direta e são responsáveis pelo dobro de crianças. É o que mostra uma auditoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que apontou "profunda desigualdade de qualidade" na educação infantil na capital paulista.

Responsável por 84% dos alunos na faixa etária de 0 a 3

anos em São Paulo, a rede de creches conveniadas - geridas por organizações sociais, mediante a celebração de termos de colaboração - "atua em condições desfavoráveis à qualidade educacional", de acordo com o TCM.

"Os professores da rede parceira recebem salário entre 25% e 38% inferior em relação aos salários dos professores da rede direta, fato que se potencializa ao considerarmos que estes têm direito a plano de carreira, vantagens pessoais e gratificações, que aqueles não possuem", aponta o relatório.

CRIME SEM CASTIGO

Justiça manda derrubar perfis com fake news sobre Fiocruz

A Justiça Federal do Rio de Janeiro mandou a Meta, dona da rede social Facebook, a derrubar dois perfis que disseminavam informações falsas sobre pesquisas e vacinas como se fossem comunicados oficiais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Segundo os autos do processo, a servidora Isabel de Fátima

Alvim Braga alimentava dois perfis com “conteúdos falsos, alarmistas e ofensivos relacionados à saúde pública, à política de imunização e às atividades científicas desenvolvidas pela instituição”, segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), que representou a Fiocruz no caso.

As publicações utilizavam a imagem do Castelo Mourisco,

símbolo histórico da instituição, e a condição funcional da ré como servidora pública para conferir aparente credibilidade às informações divulgadas, segundo informado pela AGU.

Na Justiça, a Fiocruz alegou que a conduta tinha potencial de induzir a população a erro, comprometer a confiança nas políticas públicas de saúde e

atingir a reputação de pesquisadores e servidores.

Pela decisão judicial, as publicações ultrapassaram o campo da crítica e configuraram, em análise preliminar, uma campanha de desinformação contra a Fiocruz. Foi estipulada multa de R\$10 mil por dia em caso de descumprimento da decisão pela ré ou pela Meta.

MEDICAMENTO

Brasil tem nova opção de tratamento para câncer de mama

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem uma nova indicação terapêutica para o medicamento Enhertu (trastuzumabe deruxtecana).

Já registrado no Brasil para o tratamento de câncer de mama, o medicamento passa a ser usado em combinação com o pertuzumabe para o tratamento de

primeira linha de pacientes com câncer de mama HER2positivo (IHC 3+ ou ISH+). a indicação é feita em duas situações desse tipo de câncer:

- Irressecável - do tipo que não pode ser removido completamente por cirurgia
- metastático - quando a doença se espalhou do local original para outras partes

do corpo

O HER2positivo representa aproximadamente 20% dos casos de câncer de mama e está associado a um comportamento clínico mais agressivo, com maior risco de progressão da doença e pior evolução da doença, sobretudo nos estágios avançados ou metastáticos.

Apesar dos avanços terapêuticos, essa condição permanece incurável, configurando um importante problema de saúde pública.

De acordo com a Anvisa, a nova indicação foi fundamentada em estudo que demonstrou melhora clinicamente relevante e estatisticamente significativa na sobrevida livre de progressão.

EU ME PROTEJO

Projeto tem Semana de Prevenção da Violência e Abuso Sexual de Crianças

A Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, por meio do projeto “Eu me Protejo”, promove a Semana de Prevenção ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. A abertura ocorreu no Arquivo da Cidade. Até sexta-feira haverá atividades nos sete Centros Municipais da Pessoa com Deficiência.

O painel “Conhecimento que Protege”, reforçou a importância da informação acessível como ferramenta fundamental na prevenção da violência. As pessoas mais próximas são responsáveis, na sua maioria, pelo abuso sexual. O “Eu me Protejo” tem como objetivo promover a conscientização, o diálogo e a proteção de crianças e adolescentes, especialmente considerando as necessidades específicas do público atendido.

Ao longo da semana, serão desenvolvidas atividades educativas, oficinas, rodas de conversa e ações inclusivas, voltadas tanto para os usuários quanto para suas famílias e equipes profissionais nos sete centros municipais de referência da Pessoa com Deficiência.

As ações são fundamentadas no projeto “Eu Me Protejo”, uma metodologia educativa que tra-



GOVERNO DO ESTADO DO RJ/DIVULGAÇÃO

balha, de forma acessível e adaptada, o fortalecimento da autonomia, do autocuidado e da capacidade de reconhecer e se proteger de situações de violência.

O projeto aborda temas como conhecimento do próprio corpo, identificação de limites, diferenciação de toques seguros e inseguros, além de orientar sobre como e a quem pedir ajuda.

A secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, Helena Werneck, ressaltou que a metodologia “Eu me Protejo” tem aproximadamente quatro anos, consolidando práticas de prevenção à violência e fortalecendo a rede de proteção nos serviços. Nesse período, o projeto tem contribuído significativamente para ampliar o acesso à

informação, promover segurança e garantir direitos às pessoas com deficiência.

“É importante a participação da sociedade nessa mobilização, que é fundamental para a construção de um ambiente mais seguro, acolhedor e protetivo para nossas crianças e adolescentes. Proteger é um compromisso de todos”, afirma a secretária.

IRREGULARIDADE

Anvisa suspende a comercialização de corticoide e remédio para colesterol

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) suspendeu ontem a comercialização, distribuição e uso de medicamentos depois de notificações de problemas em lotes específicos de produtos fabricados pelos laboratórios Hypofarma e Cimed.

No caso da Hypofarma, a medida atinge o medicamento Fosfato Dissódico de Dexametasona 4 mg/ml solução injetável (caixa com 50), utilizado como corticoide anti-inflamatório.

A empresa informou o recolhimento voluntário do lote 25091566 após identificar escurecimento da solução quando o produto é diluído em associação com determinados medicamentos.

Já a Cimed comunicou o recolhimento voluntário do lote 2424299 dos medicamentos Atorvastatina cálcica 40mg e Rosuvastatina 20 mg, ambos utilizados para controle do colesterol.

Segundo a empresa, houve suspeita de mistura de embalagens com cartuchos de Rosuvastatina identificados em lote de

Atorvastatina. A Anvisa também suspendeu a comercialização, distribuição e uso dos produtos relacionados a esse lote específico (2424299).

FITOTERÁPICOS

A agência sanitária também informou hoje que determinou a apreensão e proibiu a fabricação, comercialização, distribuição, importação, propaganda e uso de uma série de medicamentos e fitoterápicos sem registro, notificação ou cadastro sanitário. Entre os produtos proibidos estão:

- Composto Cura Tudo
- Composto Anti-álcool
- Garrafada Cura Tudo
- Ki Sinusite/Rinite
- Composto Saúde do Homem
- Composto Tira Fumo
- Composto para Diabetes
- Composto Taradão
- Composto para Psoríase
- Garrafada do Seu Geraldo

A medida também vale para todos os lotes dos fitoterápicos da marca Status Verde:

- Composto Anti-Diabetes
- Valeriana Composta
- Erva Baleria
- 7 Magnésios

NO BRASIL

Ebola: especialistas avaliam risco de disseminação da doença

ANDREZA DE OLIVEIRA/AE

No último domingo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a disseminação de ebola registrada na República Democrática do Congo e em Uganda, na África, como uma emergência de saúde pública de importância internacional.

Segundo a organização, o evento é considerado de alto risco e recebeu a classificação devido ao registro de 246 casos suspeitos até o dia 16 de maio. Ao menos 80 mortes estão sendo investigadas, incluindo quatro óbitos de profissionais de saúde

Ontem, a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) divulgou um comunicado em que afirma acompanhar com preocupação a declaração da OMS.

Segundo a SBI, um fator que aumenta a apreensão das autoridades sanitárias é a ausência de vacina ou tratamento específico para a cepa Bundibugyo, causadora do surto atual.

Além disso, a sociedade reitera que o vírus circula em regiões marcadas por conflitos e fragilidade assistencial, com alta mobilidade populacional entre países da região, o que pode favorecer a subnotificação de casos e infecções entre profissionais de saúde.

NÃO HÁ PANDEMIA

A entidade ressalta, porém, que a classificação de emergência de saúde pública não significa que haja uma pandemia em curso, mas indica a necessidade de coordenação global, fortalecimento da vigilância epidemiológica e apoio internacional imediato para conter a disseminação da doença.

Na nota, a SBI enfatiza a importância da vigilância ativa em portos, aeroportos e serviços de saúde, especialmente para identificação precoce de viajantes vindos de áreas afetadas que apresentem sintomas compatíveis com ebola.

“A entidade também destaca a necessidade de capacitação contínua das equipes de saúde para manejo clínico, uso adequado de equipamentos de proteção individual e protocolos de prevenção e controle de infecções”, afirma o comunicado.

NÃO HÁ CASOS

O ebola é causado por um vírus da família Filoviridae e é considerado uma doença grave, com alta taxa de mortalida-

de. O surto em questão é causado pelo vírus Bundibugyo, uma variante rara do ebola para a qual não há vacinas ou terapias específicas até o momento.

Infectologista do Hospital Nove de Julho, da Rede Américas, Sumire Sakabe explica que o vírus preocupa autoridades sanitárias devido à elevada transmissibilidade e letalidade.

“A transmissão ocorre de pessoa para pessoa, principalmente pelo contato com sangue e secreções. Em um cenário hipotético, se alguém infectado viajar durante o período de incubação ou enquanto ainda transmite o vírus, existe risco de disseminação para outros países”, afirma a médica.

Apesar disso, a possibilidade de circulação da doença no Brasil é considerada teórica e relacionada a viagens internacionais, já que não há registros da doença no País.

“Em surtos anteriores, por exemplo, profissionais de saúde infectados foram repatriados e tratados em isolamento sem transmitir a doença para outras pessoas”, explica Sumire.

Segundo a SBI, não há casos registrados no Brasil neste momento. O risco para a população brasileira permanece baixo, mas o cenário exige monitoramento constante por parte das autoridades sanitárias nacionais e internacionais, informa a sociedade.

SINTOMAS E FORMAS

O ebola é transmitido principalmente pelo contato direto com fluidos corporais de pessoas infectadas ou com superfícies contaminadas.

Os sintomas mais comuns incluem febre alta, fraqueza intensa, dores musculares, dor de cabeça, vômitos e diarreia. Em casos graves, podem ocorrer sangramentos. A taxa de mortalidade varia conforme a cepa do vírus e a capacidade de resposta dos sistemas de saúde.

O tratamento é baseado em suporte clínico, com hidratação, controle dos sintomas e isolamento do paciente para evitar a transmissão.

Entre as principais medidas de prevenção estão o uso de equipamentos de proteção individual, higiene frequente das mãos e evitar contato direto com sangue e secreções de pessoas infectadas.

O isolamento de casos suspeitos também é considerado fundamental para conter a disseminação do vírus.

MARGARIDAS

RJ e Prefeitura iniciam 2ª fase de ampliação da integração de terminal

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana e do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro, iniciou, no sábado a segunda fase de ampliação da integração tarifária entre linhas municipais e intermunicipais no Terminal BRT Margaridas, em Irajá. A medida é realizada em parceria com a Prefeitura do Rio e tem como objetivo reduzir o tempo médio de deslocamento entre a Baixada Fluminense e a capital, onde atualmente trabalham cerca de 60% dos moradores da região.

Nesta nova etapa, passam a integrar o sistema mais seis linhas com origem em Nova Iguaçu. As viagens acontecem diariamente, das 6h às 22h, incluindo finais de semana e feriados. Desde o início do mês,

outras dez linhas de Nova Iguaçu, Mesquita e São João de Meriti já operavam no terminal da Zona Norte, dentro da primeira fase da ampliação da integração.

As linhas possuem intervalos médios de 20 minutos e tarifa de R\$ 6,70. Somente na primeira semana de integração entre as linhas intermunicipais da Baixada Fluminense e o BRT carioca, o sistema registrou mais de 12 mil passageiros transportados.

Foi o caso de Ubirajara Rosa, de 48 anos, que saiu de Nova Iguaçu para uma consulta médica em Irajá.

“Foi a primeira vez que usei essa integração no Terminal Margaridas e gostei muito. Ficou tudo mais rápido e organizado. Essa economia com a tarifa ajuda bastante no bolso”, relatou o passageiro.

PRODUTOS PIRATAS

Receita interdita dois shoppings no centro de São Paulo

EDERSON HISING/AE

A Receita Federal interditou temporariamente dois shoppings no Brás, região central de São Paulo, em uma operação que começou ontem, contra a comercialização de produtos falsificados. Os nomes dos shoppings não foram divulgados. A região é conhecida pelas galerias e shoppings populares, com milhares de lojistas.

Segundo a Receita, a ação deve durar "várias semanas" e apreender "toneladas de mercadorias irregulares". A expectativa do órgão é que o valor dos itens apreendidos chegue a R\$ 300 milhões.

"O foco são mercadorias estrangeiras que foram introduzidas em território nacional sem o devido controle aduaneiro, o que configura crime de contrabando ou descaminho", informou. A operação, que conta com 95 servidores, foi batizada de "Desvio de Rota".

Procurada pelo Estadão, a Associação de Lojistas do Brás (Alobrás) afirmou, por meio de nota, "que acompanha desde as primeiras horas desta segunda-feira a operação reali-

zada pela Receita Federal" e que os shoppings interditados não são associados à entidade.

"Reafirmamos ainda que a associação não corrobora com práticas de pirataria ou comercialização irregular de produtos", diz o comunicado assinado pelo vice-presidente, Lauro Pimenta. "A Alobrás espera que a ação obtenha êxito no combate às irregularidades, contribuindo para a valorização da concorrência justa, da legalidade e do fortalecimento da moda nacional", afirma.

Um vídeo divulgado pela Receita Federal mostra agentes encontrando mercadorias escondidas em um forro e em outros pontos de uma loja.

De acordo com a Receita, a região do Brás é atualmente um dos principais polos de comércio de mercadorias irregulares, "fruto de contrabando, descaminho e falsificação". O órgão afirmou que as mercadorias vendidas no local abastecem todo o Brasil.

"Além do aspecto fiscal, há também reflexos em outros crimes, como lavagem de dinheiro, corrupção, trabalho escravo e danos à saúde pública", informou.

ESCOLA PANAMERICANA

Conpresp mantém tombamento de prédio icônico

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) decidiu manter, ontem, o tombamento do prédio da Escola Panamericana de Artes e Design, em Higienópolis, na região central da capital. A maioria dos conselheiros rejeitou o recurso da empresa Keeva Participações, proprietária do imóvel, que pedia o destombamento do imóvel. Obra do arquiteto Siegbert Zanettini, o edifício é considerado marco da arquitetura pós-moderna paulistana.

A Keeva foi procurada pela reportagem e ainda não retornou os contatos. Em março, o representante da empresa informou ao Estadão que seria avaliada a via judicial, caso o recurso não fosse acatado.

O prédio da Escola Panamericana foi tombado em 2024 por ser considerado um ícone da arquitetura pós-moderna paulistana. O tombamento, o Conpresp reconheceu a "relevância da edificação como testemunho para a história da técnica e da arquitetura, revelando características importantes da linguagem pós-moderna e do urbanismo paulistano do final do século 20".

O edifício chama a atenção pelo formato inusitado e uso de cores em tons vibrantes, como o vermelho, além de ter toda a estrutura em aço. As soluções arquitetônicas incluem lajes "cogumelo", treliças e cilindros metálicos semelhantes a uma fuselagem de avião vista por dentro. O parecer de tombamento aponta a "estéti-

ca high tech" do prédio, considerado "um verdadeiro marco da arquitetura e design de São Paulo".

No recurso, a Keeva apresentou um parecer do arquiteto Pedro Taddei Neto avaliando que o edifício não seria uma obra relevante. Para ele, o valor arquitetônico e histórico não seriam inéditos ou excepcionais, "tendo em vista que, datada de 1998, é uma obra tardia da geração das exoestruturas em aço". Também não haveria, segundo o parecer, evidências do valor afetivo da obra para a população de São Paulo.

Entidades da sociedade civil, como o Movimento Defesa São Paulo, a Associação de Proprietários, Protetores e Usuários de Imóveis Tombados (APPIT) e o Coletivo Pró-Higienópolis, se mobilizaram para que a proteção legal ao imóvel fosse mantida. Outro prédio da Panamericana, também do arquiteto Zanettini, com características semelhantes, na Rua Groenlândia, foi demolido em 2021, apesar da mobilização para que fosse preservado.

SERRARIA

Também estava na pauta da sessão do Conpresp o projeto de reforma da Serraria do Parque do Ibirapuera, na zona sul da capital, proposto pela Urbia. A concessionária pretende construir um mezanino no galpão e instalar uma academia de ginástica. Entidades se opõem, alegando que a intervenção pode afetar o conjunto paisagístico de Roberto Burle Marx. A votação ainda não tem data para acontecer.

FRAUDE FINANCEIRA

Vorcaro é transferido para cela comum na carceragem da PF

AGUIRRE TALENTO/AE

A Polícia Federal transferiu internamente o banqueiro Daniel Vorcaro para uma cela comum na carceragem da Superintendência do Distrito Federal.

Com isso, ele passa a ser submetido às regras do normativo interno da PF para a visita de advogados. Essas regras permitem duas visitas por dia por um período de meia hora.

Antes, ele estava alocado em uma sala de Estado-Maior que havia sido reformada para abrigar o ex-presidente Jair Bolsonaro no cumprimento de sua prisão. Vorcaro ficou no local para trabalhar na sua proposta de delação premiada com seus advogados e passava quase o dia inteiro reunido com eles.

A PF já havia solicitado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça que Vorcaro fosse transferido de

volta para um presídio, sob o argumento de que as condições dele na prisão na Superintendência alteravam e afetavam a rotina da administração.

O ministro ainda não profereu uma decisão sobre essa mudança de endereço, mas autorizou a mudança de celas dentro da PF. Vorcaro está na Superintendência desde o dia 19 de março, quando começou a negociar sua delação premiada.

Como a defesa de Vorcaro já entregou sua proposta de colaboração, a PF decidiu aplicar a ele as regras usadas para todos os demais presos e colocá-lo em uma carceragem comum.

A Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR) ainda analisam a proposta apresentada. Como mostrou o Estadão, a tendência é que essa proposta seja devolvida aos advogados com um pedido para complemento dos temas abordados.

AÉREAS

Dino relata ameaça de funcionária de aérea e pede educação cívica

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino (foto) relatou, em publicação nas redes sociais ontem, ter sido ameaçado por uma funcionária de uma companhia aérea. Segundo o relato, ela teria manifestado o desejo de xingar o ministro e, depois, de matá-lo.

"Recentemente, uma funcionária de uma empresa aérea, ao olhar um cartão de embarque com meu nome, manifestou a um agente de polícia judicial a vontade de me xingar. Em seguida se corrigiu: disse que seria melhor MATAR do que xingar. Como não a conheço, nem ela me conhece, é claro que tais manifestações derivam de minha atuação no STF", escreveu Dino.

Em seguida, ele fez um apelo às empresas para que façam campanhas de educação cívica, especialmente em um ano eleitoral.

"Imaginemos se isso se alastra para outros segmentos de negócios: um cliente corre o risco de, por exemplo, ser envenenado?", questionou.

"Assim, o pedido que faço às empresas em geral, mas especialmente àquelas que lidam



GUSTAVO MORENO/STF

com o público, é que façam campanhas internas de EDUCAÇÃO CÍVICA para que todos possam conviver em PAZ, especialmente nesse ano eleitoral, em que muitos sentimentos se acirram", acrescentou o ministro.

FACHIN

Após a publicação do relato

nas redes sociais, o presidente do Supremo, Edson Fachin, divulgou nota de solidariedade a Dino.

"A divergência de ideias, própria da democracia, jamais pode abrir espaço para o ódio, para a violência em qualquer de suas formas ou para qualquer modo de agressão pes-

soal", diz a nota.

"Impõe-se reafirmar os valores da civilidade, da tolerância e da paz social. O Brasil precisa de serenidade, espírito público e compromisso democrático, para que as diferenças possam coexistir dentro dos limites do respeito mútuo e da dignidade humana", concluiu.

BARRIGA DE ALUGUEL

Presidente do STJ critica lobby em votações sobre decisões judiciais

RAISA TOLEDO/AE

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, afirmou que a magistratura não pode servir como "barriga de aluguel" de grupos externos que tentam influenciar votações de enunciados debatidos e aprovados em congressos do Judiciário.

"Isso é inadmissível, porque nós não somos barriga de aluguel de ninguém. Na República e no Estado de Direito, a magistratura não é barriga de aluguel de ninguém", afirmou ontem, durante a abertura do 2º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual, em Brasília.

Os enunciados funcionam como diretrizes, sintetizando o entendimento sobre questões que apresentem controvérsias ou norteando a interpretação jurídica sobre a aplicação das leis. Em congressos promovidos pelo STJ com magistrados de primeira e segunda instâncias, essas orientações são propostas, discutidas e votadas e, conforme o ministro, "exercem influência relevante sobre decisões judiciais em todo o País".

Segundo Herman Benjamin, experiências anteriores do evento mostraram a atuação coordenada de grupos para aprovar ou derrubar entendimentos. "Fomos vendidos por lobbies se organizarem e virem

em bloco para as jornadas e derrotarem propostas que contavam com a esmagadora aprovação dos magistrados, com base na jurisdição, na sua experiência, ou aprovarem propostas que contrariavam a jurisprudência e o entendimento da magistratura brasileira", disse.

Herman explicou que o modelo adotado no 2º Congresso STJ da Segunda Instância Federal e Estadual permite que integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da advocacia, da academia e servidores do Judiciário apresentem propostas, mas restringe a votação exclusivamente a juízes e desembargadores.

O ministro também relatou si-

tuções em que participantes derrotavam uma sala de votação para atuar em outra com objetivo de alterar resultados.

"De repente, do nada, uma sala é esvaziada. Saem todos. É o lobby organizado. Indo para uma outra sala para derrotar ou para aprovar uma proposta que depois sai com a rubrica da magistratura brasileira", declarou.

Ele defendeu maior integração entre os diferentes ramos da magistratura e afirmou que juízes têm posição privilegiada para identificar lacunas e problemas na legislação, embora mudanças nas leis devam ser feitas pelo Congresso Nacional em respeito à separação dos Poderes.

Nota**APÓS VISITAR BOLSONARO, CARLOS DIZ QUE PL IRÁ APOIAR ALFREDO GASPAS E ARTHUR LIRA AO SENADO**

O ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL) informou domingo, que em sua última visita ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na prisão domiciliar o pai definiu que irá apoiar os nomes de Alfredo Gaspar (PL) e Arthur Lira (PP) como os candidatos ao Senado Federal por Alagoas. Eles disputarão as duas vagas abertas para o estado nas eleições deste ano. "Em Alagoas, o presidente Jair Bolsonaro, toda a família Bolsonaro e todo o agrupamento de direita e centro-direita já têm definidos seus nomes para o Senado: Arthur Lira e Alfredo Gaspar de Mendonça. São nomes preparados, experientes e comprometidos com os valores que defendemos para o Brasil", disse Carlos Bolsonaro para jornalistas durante o evento "Acorda Brasil" em Maceió. O

deputado federal e ex-presidente da Câmara, Arthur Lira, já lançou sua pré-candidatura ao Senado Federal em março deste ano, em um evento com lideranças políticas em Maceió. Há uma movimentação para que ele se filie ao Partido Liberal (PL), de Jair Bolsonaro, mas atualmente ele está definido como pré-candidato pelo Partido Progressistas (PP). Já o deputado federal Alfredo Gaspar lançou sua pré-candidatura pelas redes sociais, em abril deste ano, pela sigla de Bolsonaro. Ele se filiou ao PL em março deste ano, deixando o União Brasil. Ao ingressar no partido, ele assumiu a presidência estadual da sigla, substituindo o ex-prefeito de Maceió, JHC. Em Alagoas, duas vagas ao Senado estarão em disputa em outubro. Os mandatos do senador Renan Calheiros (MDB) e do senador Fernando Farias (MDB) se encerram em janeiro de 2027.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariooacionista.com.br

CAMPINAS

Terras raras: 'Brasil não abre mão de sua soberania', diz Lula

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (foto) disse ontem que o Brasil não vai abrir mão de sua soberania para exploração de minerais críticos e terras raras existentes no país.

Durante evento realizado em Campinas, no interior de São Paulo, Lula destacou que outros países poderão se associar ao Brasil para explorar esses recursos, dentro do território brasileiro.

"Não temos preferência por ninguém. Pode vir chinês, alemão, francês, japonês, americano. Pode vir quem quiser. Desde que tenham consciência de que o Brasil não abre mão de sua soberania para dizer que os minerais críticos e as terras raras são nossas e que queremos explorá-las aqui dentro", disse o presidente.

Em seu discurso, Lula também destacou que pesquisadores brasileiros, especialmente do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), poderão ajudar a fazer um estudo sobre esses recursos do país.

"Se a gente for fazer esse estudo só cavando buraco, isso vai demorar muito. A gente vai ter que contar com inteligência e a ciência e o conhecimento de vocês para dar um salto de qualidade, e ver se, em um curto espaço de tempo, a gente faça que o Trump [presidente dos EUA] deixe de brigar com o Xi Jinping [presidente da China] e venha se associar a nós para explorar isso aqui", disse ele.

SUPERMICROSCÓPIO

O discurso do presidente foi feito na cerimônia de inauguração de quatro linhas de luz síncrotron do acelerador de partículas Sirius, uma espécie de supermicroscópio do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas.

As novas linhas de luz síncrotron devem ampliar a capacidade de pesquisa do país em áreas como saúde, energia, agricultura, clima e nanotecnologia. As novas linhas são chamadas de Tatu, Sapucaia, Quati e Sapê.

O investimento é de R\$ 800 milhões, por meio do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

"Para fazer um investimento como esse, a gente não tem que perguntar quanto custa. Qualquer quantidade de milhões que colocarmos é muito pequeno diante da quantidade de milhões que isso aqui vai render para o futuro do país e para o fu-



RICARDO STUCKERT/PR

turo da sociedade brasileira."

"Não me convença com discurso, me convença com projeto. Se o projeto for factível, se ele tiver começo, meio e fim, não haverá problema em arrumar dinheiro e aprovar qualquer projeto desse país. E esse projeto aqui é um projeto que pode dar ao Brasil uma respeitabilidade mundial para que nenhum ser humano do mundo ache que o Brasil é inferior", reforçou.

Para a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovações, Luciana Santos, a inauguração das novas linhas podem representar um salto tecnológico para o país.

"O que celebramos aqui vai muito além das novas linhas do Sirius ou do avanço das obras do Orion [um complexo para pesquisas avançadas em patógenos]. Essa é a prova de que o Brasil pode ocupar o lugar de liderança científica, tecnológica e industrial no mundo", disse a ministra.

"O CNPEM ajudou a romper essa lógica de dependência e mostrou que conhecimento também é soberania. Antes do Sirius, pesquisadores brasileiros dependiam de laboratórios estrangeiros para realizar estudos avançados em materiais, proteínas e vírus e tecnologias estratégicas. Isso atrasava pesquisas e limitava o conhecimento e a capacidade do Brasil em produzir conhecimento em áreas fundamentais", acrescentou Luciana Santos.

AS LINHAS

A Tatu, primeira linha em uma fonte de luz de quarta geração a operar na faixa dos terahertz, permitirá investigar fenômenos em materiais quânticos, sistemas nanofotônicos e bio-

moléculas, capazes de analisar estruturas em escala nanométrica. Essa linha vai contribuir para avanços na área de telecomunicações, computação e processamento de dados baseado em luz. Já a linha Sapucaia é voltada para estudos com nanopartículas, proteínas, polímeros, catalisadores, medicamentos, fluidos humanos e terapias.

A Quati, por sua vez, vai permitir investigações avançadas em materiais para as indústrias petroquímica e farmacêutica, além de pesquisas em terras raras e minerais críticos.

Por fim, a linha Sapê pretende desenvolver materiais avançados, com aplicações em energia, saúde e infraestrutura, bem como em materiais supercondutores e semicondutores, estes últimos importantes para o desenvolvimento de novos chips para a indústria eletrônica.

LUZ SÍNCROTON E SIRIUS

A luz síncrotron é um tipo de radiação eletromagnética extremamente brilhante que se estende por um amplo espectro, isto é, ela é composta por diversos tipos de luz, desde o infravermelho, passando pela luz visível e pela radiação ultravioleta e chegando aos raios X.

Com o uso dessa luz especial é possível penetrar a matéria e revelar características de sua estrutura molecular e atômica para a investigação de todo tipo de material.

Já o acelerador de partículas Sirius é uma imensa máquina capaz de analisar estruturas em escala atômica, ou seja, consegue revelar detalhes das estruturas dos átomos e apoiar pesquisas avançadas em diferentes áreas do conhecimento.

Esse equipamento é conside-

rado a maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no Brasil e uma das mais avançadas fontes de luz síncrotron do mundo.

"O Sirius colocou o país em outro patamar científico e tecnológico. O Brasil passou a integrar um grupo extremamente restrito e seleto de países que dominam tecnologia de fontes de luz síncrotron de quarta geração. O Sirius é a mais complexa infraestrutura científica já construída no Brasil e abriga um dos mais maiores aceleradores de elétrons no mundo o que nos permite desenvolver pesquisas em medicamentos, semicondutores, baterias e minerais estratégicos", explicou a ministra da Ciência e Tecnologia.

INOVAÇÃO EM SAÚDE

Além da inauguração dessas quatro novas linhas, Lula e o ministro em exercício da Saúde, Adriano Massuda, acompanharam o lançamento da pedra fundamental do Programa Nacional de Inovação Radical em Saúde.

O programa, que será realizado inicialmente pelo CNPEM, foi desenvolvido com o objetivo de fortalecer a soberania tecnológica nacional na área da saúde.

A iniciativa visa ampliar o desenvolvimento nacional de tecnologias estratégicas voltadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), como biomoléculas, biossensores, dispositivos médicos e novos diagnósticos.

Esse programa, diz o governo, pretende contribuir para reduzir a dependência de tecnologias importadas e fortalecer a capacidade nacional de desenvolver soluções em saúde alinhadas às necessidades do SUS e da população brasileira.

TUDO POR DINHEIRO

Juizes querem flexibilizar decisão que limitou penduricalhos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Associação dos Juizes Federais (Ajufe) apresentou ontem um recurso contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que limitou o pagamento de penduricalhos a juizes, membros do Ministério Público e outras carreiras.

Penduricalhos são benefícios concedidos a servidores públicos e que, somados ao salário, não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil. 3

No recurso, a entidade pede que o valor do teto seja reajustado e defende a flexibilização de benefícios que foram cortados pelo Supremo, como auxílio-alimentação e auxílio de proteção à primeira infância e à maternidade.

"Remanesce, portanto, a necessidade de encaminhamento, por parte do Supremo

Tribunal Federal, competente constitucionalmente para tanto, de projeto de lei estabelecendo reajuste no valor dos subsídios da magistratura", defende a entidade.

A Ajufe também defende que o limitador de 35% não tenha incidência sobre diárias, ajuda de custo, indenização de férias não gozadas, auxílio-moradia e auxílio-saúde.

No dia 25 de março, por unanimidade, os ministros do Supremo decidiram que as indenizações adicionais, gratificações e auxílios deverão ser limitados a 35% do valor do salário dos integrantes da Corte, que tem o teto como referência e é equivalente a R\$ 46,3 mil.

Dessa forma, juizes, promotores e procuradores poderão ganhar R\$ 62,5 mil mensais, somando o teto e R\$ 16,2 mil em penduricalhos.

STF

Câmara e Senado defendem validade da Lei da Dosimetria

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Câmara dos Deputados e o Senado defenderam, ontem, a validade da Lei da Dosimetria, norma que permite a redução das penas dos réus que foram condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

As manifestações foram enviadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) após solicitação do relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu a aplicação da lei até decisão final sobre a constitucionalidade da lei.

O Senado defendeu que o plenário derrube a decisão individual de Moraes. Segundo a advocacia da Casa, a suspensão produz efeitos "graves e potencialmente irreversíveis".

"Ao sustar a aplicação da Lei nº 15.402/2026, priva-se o condenado de lei mais benéfica em vigor, impondo-lhe, por decisão judicial provisória, re-

gime de progressão mais gravoso do que aquele previsto pelo legislador", afirmou o Senado.

A Câmara acrescentou que Congresso tem a prerrogativa política de dar a "palavra final" sobre o veto presidencial da matéria.

"O Congresso é o principal ator na sistematização do processo legislativo e possui a palavra final sobre o veto. Portanto, cabe ao Parlamento decidir como derrubar o veto", completou a Casa.

Pelo menos três ações contestam no Supremo a deliberação do Congresso derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei da dosimetria.

As ações foram protocoladas pela Federação PSOL-Rede, Federação PT, PCDoB e PV e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A expectativa é que as ações sejam julgadas neste mês pela Corte.

POLÍCIA FEDERAL

Mendonça converte em preventiva prisão do primo de Vorcaro

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça transformou em preventiva a prisão de Felipe Cançado Vorcaro, primo de Daniel Vorcaro. Ele é apontado pela Polícia Federal (PF) como um dos principais articuladores das operações financeiras do esquema investigado no caso do Banco Master. Felipe havia sido preso temporariamente durante a quinta fase da Operação Compliance Zero, conduzida pela PF. A conversão ocorre quando o magistrado entende que há necessidade da medida cautelar de forma permanente, uma vez que a prisão preventiva não tem data final pré-definida e pode durar por todo o processo judicial. Segundo as investigações, trocas de mensagens entre Daniel Vorcaro e o primo mostram como eram tratados pagamentos de propina ao senador Ciro Nogueira (PP-PI). A PF aponta que o parlamentar recebia uma mesada de ao menos R\$ 300 mil

de Vorcaro. Ao decretar sua prisão temporária, Mendonça citou também suspeitas de que Felipe participou da venda de ações avaliadas em cerca de R\$ 13 milhões por apenas R\$ 1 milhão para uma empresa administrada pelo irmão do senador.

Segundo decisão que autorizou a quinta fase da operação, o primo de Daniel Vorcaro "não ocupa posição periférica, mas integra o núcleo financeiro-operacional do grupo, com domínio relevante sobre fluxos patrimoniais, estruturas societárias e mecanismos de ocultação de recursos". Em uma fase anterior da operação, em janeiro deste ano, Cançado fugiu de sua casa em um carrinho de golfe em Trancoso (BA), minutos antes da chegada da PF, conforme registrado no inquérito.

"O cenário encontrado - quarto aberto, ar-condicionado em funcionamento, roupas de cama desarrumadas e pertences deixados para trás - evidencia abandono abrupto do imóvel", afirmou a PF.

INVESTIGADA PELO FBI

Brasileira é suspeita de desviar joias avaliadas em até R\$ 100 mi

Uma empresária brasileira natural do Paraná passou a ser investigada no Brasil e nos Estados Unidos sob suspeita de envolvimento em um esquema milionário de desvio de joias de luxo. Segundo reportagem exibida pelo Fantástico da TV Globo no último domingo, o prejuízo estimado pelas vítimas de Camila Briote pode chegar a R\$ 100 milhões.

A defesa da empresária afirma que as acusações não possuem respaldo jurídico e nega irregularidades cometidas em território brasileiro. As autoridades dos dois países, por sua vez, evitam comentar detalhes das investigações em andamento.

Além do caso envolvendo joias, Camila também responde no Brasil a outro inquérito por estelionato relacionado com a venda de bolsas de grife. O prejuízo estimado nesse caso ultra-

passa R\$ 4 milhões.

Camila, que também possui cidadania americana, é alvo de investigações por suspeita de estelionato após denúncias envolvendo peças de alto valor, como diamantes, ouro e esmeraldas. Antes de virar alvo das autoridades, ela frequentava eventos de alta sociedade e chegou a aparecer em colunas sociais por causa de um casamento realizado na Espanha.

De acordo com relatos reunidos pela reportagem, Camila atuava como intermediária na comercialização de joias consignadas entre o Brasil e os Estados Unidos. A suspeita é de que ela retirava peças com joalheiros sob a promessa de revenda internacional e, após conquistar a confiança dos fornecedores, deixava de devolver os produtos ou repassar os valores das vendas.

Uma das vítimas afirmou ter perdido cerca de US\$ 1,6 milhão entre joias desaparecidas e pagamentos não efetuados. Outros empresários relataram prejuízos semelhantes envolvendo peças de luxo que teriam sido vendidas ou desviadas.

Ao Fantástico, o advogado Arthur Migliari, que representa algumas vítimas, afirmou que a investigada utilizava a própria imagem e facilidade de comunicação para conquistar credibilidade. "É o rosto bonitinho, uma pessoa falante, bem apresentável. Ela consegue a confiança das vítimas e depois vem a segunda parte, que é pegar as joias, que é o grand finale", disse.

Segundo as investigações, o esquema teria seguido um padrão recorrente. Camila se apresentava como representante de joalherias conhecidas e prometia

lucro elevado com negociações internacionais. Com o tempo, porém, os pagamentos deixavam de ser feitos e começavam as justificativas para os atrasos.

Mensagens obtidas no inquérito mostram promessas de transferência bancária que nunca eram concluídas. As vítimas afirmam ainda que a empresária chegou a apresentar comprovantes falsificados, cheques sem fundos e vídeos exibindo dinheiro em espécie para tentar convencer credores de que os pagamentos seriam realizados.

A maior parte das denúncias está concentrada no sul da Flórida, especialmente em cidades como Miami, Boca Raton e Palm Beach, onde Camila possui residência. O caso passou a ser acompanhado pelo FBI diante do volume de denúncias e da circulação internacional das peças.

IMPRESA

Trump critica cobertura da guerra contra o Irã pela mídia americana

ISABELLA PUGLIESE
VELLANI/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, criticou os principais jornais e veículos da mídia americana na cobertura sobre a guerra do Oriente Médio e afirmou que os periódicos - assim como os democratas - "perderam completamente o rumo". Em publicação na Truth Social ontem, o mandatário disse que eles "enlouqueceram de vez".

"Se o Irã se render ... e se to-

da a sua liderança remanescente assinar os documentos de rendição necessários e admitir sua derrota para o grande poder e força dos magníficos Estados Unidos, o falido New York Times, o China Street Journal (WSJ!), a corrupta e agora irrelevante CNN, e todos os outros membros da mídia de notícias falsas, estamparão em suas manchetes que o Irã obteve uma vitória magistral e brilhante sobre os EUA", escreveu na postagem.

UCRÂNIA

Rússia ataca embarcação com bandeira do Panamá

ISABELLA PUGLIESE
VELLANI/AE

A Rússia atacou ontem, uma embarcação civil com bandeira do Panamá que navegava pelo corredor de transporte da Ucrânia em direção à entrada do Porto de Chornomorsk, informou o chefe da Administração Militar Regional de Odessa, Oleh

Kiper, em mensagem via Telegram.

"O navio sofreu danos, um incêndio começou, o qual a tripulação extinguiu por conta própria. Felizmente, não houve feridos", escreveu. Apesar do ataque, o navio prosseguiu viagem. Segundo Kiper, essa foi a terceira embarcação civil danificada em decorrência dos ataques russos ontem.

EUA

Austin: adolescentes são apreendidos por participar de tiroteios

Dois adolescentes foram apreendidos no domingo, passado, por suspeita de participação em pelo menos dez tiroteios ocorridos durante o fim de semana em Austin, capital do Estado do Texas, nos Estados Unidos. Um terceiro suspeito ainda está sendo procurado.

Os episódios deixaram quatro pessoas feridas, que precisaram ser encaminhadas a hospitais. Uma delas teve ferimentos graves. A chefe de polícia de Austin, Lisa Davis, afirmou que os criminosos, que dirigiam carros roubados, atiraram contra dois quartéis de bombeiros, prédios residenciais e casas durante uma sequência de roubos e tiroteios entre a tarde de sábado passado, e a manhã de domingo.

Segundo Lisa, eles roubaram pelo menos quatro veículos enquanto circulavam pela cidade. Dois dos suspeitos, de 15 e 17 anos, foram detidos após serem parados em um automóvel roubado e tenta-

rem fugir.

Uma terceira pessoa que estava no carro conseguiu escapar e está sendo procurada. A chefe de polícia disse que não se sabe se essa pessoa estava envolvida nos tiroteios.

Ainda de acordo com Lisa, o adolescente mais novo havia roubado a arma usada nos crimes em outra ocasião. O mais velho já era procurado por roubo de arma em um caso sem conexão com os tiroteios do fim de semana.

A administração municipal de Austin orientou que moradores de uma grande área da zona sul da cidade se abrigassem em casa no domingo enquanto os policiais procuravam os criminosos. Após a detenção dos dois adolescentes, a ordem foi suspensa.

"Não temos nenhum motivo específico que tenha sido identificado. Na verdade, essas ações parecem ser aleatórias", disse o prefeito de Austin, Kirk Watson.

Nota

EQUIPES LOCALIZAM CORPOS DOS QUATRO MERGULHADORES ITALIANOS DESAPARECIDOS

O Ministério das Relações Exteriores da Itália informou ontem, que equipes de resgate localizaram os corpos dos quatro mergulhadores italianos desaparecidos em uma caverna subaquática no atol de Vaavu, nas Maldivas. As buscas foram retomadas ontem após terem sido interrompidas por causa da morte de um militar maldivo que participava da operação de resgate. Segundo o governo local, o integrante da Força de Defesa Nacional das Maldivas morreu após sofrer complicações relacionadas à descompressão. Segundo o Ministério das Relações Exteriores da Itália, as vítimas que estavam desaparecidas "aparentemente morreram enquanto tentavam explorar cavernas a uma profundidade de 50 metros", na quinta-feira passada. O limite permitido para mergulho recreativo nas Maldivas é de 30 metros. Três mergulhadores finlandeses especializados em mergulho profundo e exploração de cavernas chegaram ao país no domingo para auxiliar na operação e elaborar um novo plano de busca. Segundo autoridades locais, eles participaram dos trabalhos ao lado da polícia e das Forças Armadas das Maldivas. Ainda não está claro se as equipes visualizaram os corpos diretamente durante o mergulho ou se eles foram identificados por meio de drones subaquáticos.

PROTESTOS

Bolívia registra 23 bloqueios e marchas chegam a La Paz

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Os protestos na Bolívia mantêm a pressão pela renúncia do presidente Rodrigo Paz, que está há apenas seis meses no cargo, com 23 bloqueios em rodovias ontem. O levantamento é da Administradora Boliviana de Estradas (ABC).

A maior parte dos bloqueios ocorre em torno da capital La Paz, onde 13 estradas estão fechadas por manifestantes. Há ainda o registro de bloqueios em rodovias que chegam às cidades de Oruro, Potosí, Santa Cruz e Cochabamba.

As marchas e bloqueios têm causado escassez de alimentos, combustíveis e outros insumos nos mercados da capital. A imprensa local registra que grupos de manifestantes estão reunidos em torno de La Paz, nesta segunda-feira, com expectativa que desçam em marcha para o centro da cidade, onde fica a sede do governo.

Durante o final de semana, a polícia reprimiu protestos em diversos pontos da cidade de El Alto, na região metropolitana de La Paz. No sábado, a Defensoria Pública da Bolívia informou que os confrontos resultaram em 47 prisões e cinco pessoas feridas. Além disso, grupos campesinos denunciaram o assassinato de, pelo menos, dois manifestantes em El Alto.

"Também houve relatos de ataques e obstrução do trabalho

da imprensa, bem como confrontos entre manifestantes e moradores em alguns dos pontos de bloqueio", disse o defensor público Pedro Callisaya.

REVOLTA POPULAR

O país andino vive uma onda de protestos e bloqueio de estradas que se transformou, ao longo das últimas semanas, em uma revolta popular com participação de camponeses, indígenas, mineiros, professores e outros setores sociais.

Uma série de decisões do novo presidente boliviano, que assumiu o poder após quase 20 anos de hegemonia da esquerda, vinha provocando protestos no país desde o início do mandato, em dezembro de 2025, com um decreto que retirava o subsídio à gasolina.

Os protestos escalaram depois que o governo promulgou uma lei sobre terras que camponeses e indígenas acusam de ter como objetivo prejudicar os pequenos agricultores em favor dos grandes empresários do agronegócio. Por sua vez, o governo alega que a lei buscava fortalecer a agricultura do país que vive grave crise econômica.

Devido à pressão popular, a lei foi revogada por Rodrigo Paz na semana passada. Mesmo assim, os protestos continuaram e ganharam novas adesões. Movimento denunciaram repressão

A Confederação Nacional de Mulheres "Bartolina Sisa", uma

das principais organizações camponesas do país, publicou na última sexta-feira a decisão de convocar todas as organizações locais a se juntarem às marchas e aos bloqueios.

A entidade denunciou que o governo reprime os protestos enquanto diz que está aberto ao diálogo e pede renúncia de Paz que, segundo a Confederação, perdeu as condições de governar a Bolívia.

"De forma violenta e criminosa o governo interveio na mobilização do povo deixando como saldo falecidos, feridos e detidos em consequência da brutalidade da polícia e do Exército", afirma nota da Confederação campesina publicado no domingo passada.

Ainda segundo a organização, o governo somente trabalha para um setor privilegiado, esquecendo-se das maiorias. "Pretende com seus decretos e leis inconstitucionais tirar nossas terras para entregar aos latifundiários", completou.

MOVIMENTOS

Por outro lado, o governo acusa movimentos populares de usarem armas de fogo, inclusive dinamites, nas mobilizações. Foi divulgando um suposto vídeo dos Ponchos Vermelhos, grupo campesino da Bolívia, com espingardas em uma rodovia com gritos de "não temos medo" e "vamos defender a pátria".

O porta-voz da Presidência

da Bolívia, José Luis Gálvez, acusou grupos ligados ao ex-presidente Evo Morales de incitarem a violência.

"Todos esses indivíduos que estão promovendo a violência, e qualquer pessoa que possua ou porte qualquer arma, dinamite ou qualquer coisa que possa ferir outra pessoa, será presa", disse Gálvez em comunicado divulgado pela mídia estatal boliviana.

EVO MORALES

O ex-presidente Evo Morales responde que os protestos são do povo boliviano, não dele. Ele denuncia o governo por usar as Forças Armadas para reprimir a população e critica a criminalização das marchas.

"[Eles acusam] as pessoas que se levantaram contra os opressores de conspiração, terrorismo e tráfico de drogas. Os eternos golpistas, assassinos em massa, traidores e executores da Operação Condor têm a audácia de clamar que a democracia está em risco", respondeu em uma rede social.

A Central Operária Boliviana (COB), principal central sindical do país, denuncia a prisão de lideranças e pede para a população seguir nas ruas.

"Não nos vão curvar na luta que travamos; estão querendo nos calar como liderança com ações populares e processos penais", afirmou Mario Argollo, secretário-executivo da COB, em uma rede social.

GUERRA

Trump suspende ataque contra Irã após avanço de negociações

LAÍS ADRIANA E PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem que há "negociações sérias" em andamento com o Irã e expectativa de que um acordo "muito aceitável" seja alcançado, razão pela qual decidiu suspender um ataque militar planejado contra Teerã, originalmente previsto para ocorrer "amanhã" (hoje).

Em publicação na Truth Social, Trump disse ter sido procurado pelo emir do Catar, Tamim bin Hamad Al Thani, pelo príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, e pelo presidente dos Emirados Árabes Unidos, Mohamed bin Zayed Al Nahyan.

Segundo ele, os três líderes pediram que os EUA segurassem a ofensiva militar contra o Irã para permitir o avanço das

negociações diplomáticas.

"Não faremos o ataque procurado ao Irã amanhã", escreveu Trump.

O republicano acrescentou, porém, que instruiu o secretário de Guerra, Pete Hegseth, o chefe do Estado-Maior Conjunto, general Dan Caine, e os militares americanos a permanecerem preparados para lançar "um ataque total e em larga escala contra o Irã, a

qualquer momento", caso um "acordo aceitável" não seja alcançado

Trump afirmou ainda que qualquer entendimento com Teerã deverá incluir a garantia de "nenhuma arma nuclear para o Irã".

Segundo ele, o eventual acordo seria positivo não apenas para os Estados Unidos, mas também para "todos os países do Oriente Médio e além".

Estados Unidos rejeitam quarta proposta do Irã para encerrar a guerra

GEOVANNA HORA/AE

Os Estados Unidos rejeitaram ontem, uma nova proposta do Irã para encerrar a guerra no Oriente Médio, segundo o site Axios.

Um alto funcionário americano e uma fonte familiarizada com o assunto, que não tiveram as identidades reveladas, disseram ao Axios que a Casa Branca considera que a última proposta enviada por Teerã não representa uma melhoria significativa em relação ao texto anterior e segue insuficiente para um acordo.

Uma das fontes afirmou que a proposta foi compartilhada por meio de mediadores paquistaneses apenas com "melhorias simbólicas" em relação à anterior, incluindo mais detalhes sobre o compromisso do Irã de não desenvolver armas nucleares, mas sem informações sobre a suspensão do enriquecimento de urânio.

De acordo com o site, autoridades americanas afirmaram que o presidente dos EUA, Donald Trump (foto), quer chegar a um consenso para pôr fim ao conflito, mas considera retomá-



WIKIPÉDIA

lo diante da rejeição do Irã às exigências americanas e da recusa de Teerã em fazer concessões significativas em seu programa nuclear.

Trump deve reunir os principais integrantes de sua equipe de segurança nacional hoje, na Sala de Situação da Casa Branca, para discutir opções militares, segundo dois funcionários americanos ouvidos pelo site.

O Axios informou ainda que uma das fontes diz que, se o Irã não mudar de posição, os EUA terão de continuar as negociações "através de bombas". No

último domingo, o republicano já havia dito ao site, em entrevista por telefone, que "o tempo está se esgotando" e que, se o Irã não demonstrar flexibilidade, "será atingido com muito mais força".

Um dos funcionários americanos ouvidos pelo Axios disse que, apesar da imprensa estatal iraniana ter afirmado que os EUA consideram suspender algumas sanções petrolíferas contra o Irã durante as negociações, Washington não pretende conceder alívios "de graça".

"Na verdade, não estamos fa-

zendo muito progresso. Estamos em uma situação muito séria hoje. A pressão está sobre eles para que respondam da maneira correta", disse a fonte ao Axios. "Chegou a hora de os iranianos pararem de fingir. Precisamos de uma conversa séria, sólida e detalhada (sobre o programa nuclear). Se isso não acontecer, teremos que conversar por meio de bombas, o que será uma vergonha", acrescentou.

Segundo o funcionário, os EUA e o Irã não negociam diretamente o conteúdo do acordo, mas sim a forma como essas negociações serão estruturadas. Para ele, o fato de o Irã apresentar contrapropostas mostra que o país está preocupado com novas ações militares americanas.

Essa foi pelo menos a quarta proposta de Teerã rejeitada por Washington. Em abril, Trump disse estar insatisfeito com a versão apresentada pelos iranianos após negociações mediadas pelo Paquistão. No início de maio, após receber outra proposta, afirmou que o texto não era aceitável para os EUA. Na semana passada, o republicano classificou uma nova tentativa de acordo como "inaceitável".